



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVIII — Nº 20

QUARTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1993

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 14, DE 1993-CN

Da Comissão Mista destinada a apreciar o Mérito e Aspectos Constitucionais da Medida Provisória nº 317, de 24 de abril de 1993, que “dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado”.

Relator: Senador Dário Pereira

— I —

Nos termos do art. 62 da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com a Mensagem nº 24, de 1993-CN (nº 206/93, na origem), submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 317, de 24 de abril de 1993, que estabelece:

1) a concessão, até 31 de dezembro de 1993, de “redução de multa aplicada em lançamento de ofício ao contribuinte que efetuar o pagamento integral do crédito tributário ou iniciar o seu pagamento mediante parcelamento, no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento da notificação específica” (art. 1º), nos seguintes percentuais:

a) 75%, quando ocorrer o pagamento integral do crédito tributário (§ 1º);

b) 50%, quando submetido o crédito tributário a parcelamento (§ 2º);

2) “além da redução da multa prevista no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993” (ou seja, 50%), também “o parcelamento do crédito tributário relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CLSS, à Contribuição para o PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS, e ao Finsocial, inclusive com a dispensa dos honorários advocatícios à Fazenda Nacional, quando o montante da contribuição exigida for objeto de processo judicial, e desde que o contribuinte cumpra as condições estabelecidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativamente à verba honorária a que tiver sido, porventura, condenada a União” (art. 2º).

Estabelece, ainda, que a redução prevista no art. 1º não poderá ser de valor inferior a 20% do “montante corrigido

do tributo ou contribuição a que se referir (§ 4º) e não se aplica “aos créditos tributários de vencimentos posteriores a 1º de abril de 1993, bem como àqueles em que tenha havido omissão de apresentação da declaração do imposto devido ou em que tenha ocorrido declaração inexata” (§ 2º); importando o atraso no pagamento de duas ou mais prestações do parcelamento, consecutivas ou alternadas, no restabelecimento da totalidade da multa proposta no lançamento de ofício (§ 3º).

Essas providências visam ao equilíbrio das contas orçamentárias, no corrente exercício, uma vez que agilizam os mecanismos de cobrança dos créditos tributários, diferenciando, quanto à penalidade, “o contribuinte que atrasa o pagamento do contribuinte que não apresenta declaração ou o faz inexatamente”, conforme assevera o Sr. Ministro da Fazenda, na E.M. nº 140, que acompanha a Mensagem. Esclarece ainda o Sr. Ministro que, “ao ampliar a redução da multa aplicada pela Secretaria da Receita Federal aos contribuintes inadimplentes, objetiva-se facilitar o pagamento de crédito tributário, adotando-se, porém, a cautela de favorecer com a redução apenas os contribuintes que apresentaram declarações e não efetuaram oportunamente os respectivos pagamentos”. E mais: “tal distinção se faz necessária, uma vez que os ilícitos relativos à falta de declaração ou à declaração inexata não serão contemplados com a redução proposta”.

— II —

EMENDAS

Ao texto da Medida foram apresentadas as seguintes Emendas:

— Emenda nº 1, do Deputado Fetter Júnior, propondo que “os contribuintes que se tornaram inadimplentes em relação a órgãos financeiros oficiais, como decorrência da Lei nº 8.024, de 12-4-90, terão direito à redução dos encargos financeiros nos mesmos termos do art. 1º, § 1º, desta Lei”;

— Emenda nº 2, do Deputado Francisco Dornelles, propondo alteração dos quantitativos constantes do Anexo II da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, em que o número de cargos de Procurador da Fazenda Nacional da Classe de

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA
Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

1ª Categoria é reduzido de 255 para 155; e o da 2ª Categoria é aumentado de 305 para 405;

— Emenda nº 3, do Deputado Francisco Dornelles, dando nova redação ao art. 2º;

— Emenda nº 4, do Deputado Francisco Dornelles, alterando a redação do art. 4º, inciso I, da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, de forma a excetuar, da multa de cem por cento, os casos de falta de recolhimento de "tributos e contribuições devidos, inclusive as contribuições para o INSS".

— III —

CONSTITUCIONALIDADE

A presente Medida Provisória se subsume aos pressupostos de relevância e urgência, previstos no art. 62 da Lei Maior, conforme se reconheceu em parecer sobre sua admissibilidade, exarado sob o nº 11, de 29 de abril transato, por esta Comissão.

Deve-se registrar, todavia, a controvérsia doutrinária existente quanto à possibilidade de uma medida provisória dispor sobre matéria tributária, sujeita ao princípio da reserva legal.

Se se tratasse de exigência ou aumento de tributo, sem dúvida não poderia prevalecer, em face da garantia de que gozam os contribuintes, insita no art. 150, I, da Carta Magna. Como, ao contrário, se cuida de redução de créditos tributários e de seu pagamento, não ocorreria ofensa ao princípio da legalidade, uma vez que medida provisória, enquanto não apreciada, apenas suspende a eficácia da lei vigente — não a revoga.

Pode-se, portanto, reconhecer a constitucionalidade do ato *sub examine*.

— IV —

MÉRITO

A redução de impostos e contribuições objeto da Medida propicia a contribuintes inadimplentes a oportunidade de saldarem, em condições vantajosas, os créditos tributários de sua responsabilidade, consubstanciando assim um estímulo a que o façam sem demora — no máximo até o final deste ano. É importante salientar que, pelo texto do ato, beneficiados serão apenas os contribuintes que não se omitiram na declaração de seus débitos — quando estes surgiram, apresentaram-se à Fazenda Pública com a aparente disposição de os saldar. É irrelevante indagar, no momento, as razões

por que deixaram de fazê-lo. O que importa é reconhecer-lhes a atitude positiva de se haverem revelados devedores — proporcionando, ao sujeito ativo da relação tributária, elementos objetivos para a cobrança de seus créditos.

Isto posto, a Medida seria mais justa se incluísse, além dos créditos constituídos por lançamento de ofício, também outros, v.g., aqueles objeto de lançamento por homologação (o impropriamente chamado "autolancamento"), que, nos termos do art. 150 do Código Tributário Nacional, ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. No Projeto de Lei de Conversão, estamos procurando contornar a omissão, ainda que de forma indireta, na redação do art. 1º.

Em termos de abrangência, a Medida estaria também a merecer reparos, por excluir as multas resultantes de apresentação de declaração de tributos ou de contribuições devidos, bem como às resultantes de apresentação de declaração inexata. Ora, todos sabemos que a parte mais substancial das multas lançadas decorre exatamente dessas infrações omissivas ou comissivas. Por isso, acreditando que para alcance dos objetivos nela colineados, a Medida não deveria excluir do incentivo aquelas penalidades. Por conseguinte, na redação do Projeto de Lei de Conversão, em lugar das mencionadas, propõe-se a exclusão apenas das multas decorrentes de infração qualificada.

Ainda em nome de eficácia da Medida, propõe-se a elevação: (1) de quinze para trinta dias, do prazo para pagamento ou início do pagamento do débito (art. 2º; e (2) de 75% para 80%, da redução da multa quando ocorrer o pagamento do débito de uma só vez (§ 1º, I).

Alteração também julgada conveniente é a do art. 2º na redação da Emenda nº 3, do Deputado Francisco Dornelles, a qual, além de mais precisa em seu aspecto temporal, confere melhor proteção ao direito da Fazenda Pública na transação sobre os créditos tributários das contribuições sociais objeto de litígio judicial. São acolhidos também os §§ 1º e 2º porque, realmente, quando vencedora a Fazenda Nacional, carece de sentido permitir-se o levantamento do depósito judicial (garantia real), em troca da garantia fidei-jussória do parcelamento, de difícil execução.

Matéria não tributária, vinculada porém aos objetivos da medida — agilizar os mecanismos de cobrança dos créditos tributários — é a Emenda nº 2, também do Deputado Francisco Dornelles, que altera os quantitativos do Anexo II à

Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, relativamente à Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, reduzindo de 255 para 155 o número de cargos da Classe de 1ª Categoria, e ao mesmo tempo elevando, de 305 para 405, o número de cargos da Classe de 2ª Categoria. Tal emenda, como esclarece a sua justificação visa, na realidade, possibilitar o aproveitamento de mais de cem candidatos aprovados em concurso público recentemente concluídos, além dos 305 da classe inicial, para o preenchimento da lotação autorizada para o órgão, que é de 600 cargos de Procurador da Fazenda Nacional, atualmente assim distribuídos: 40 na Classe Especial, 255 na 1ª Categoria e 305 na 2ª Categoria. Com a alteração proposta, a 1ª Categoria ficará com 155 e a 2ª Categoria com 405. Assim poderá a Procuradoria da Fazenda Nacional contar, sem mais delongas, com o quantitativo de Procuradores, fixado desde dezembro de 1991, pela Lei nº 8.383, o que, além dos reflexos favoráveis no desempenho do órgão, funcionará, no contexto da Lei, como elemento dissuasor da inadimplência e da sonegação, eis que tornará visível a intenção do governo de se aparelhar para conferir maior eficácia e efetividade à cobrança judicial dos créditos da União. Somos, pois, pelo acolhimento da Emenda em tela.

Quanto à Emenda nº 4, do mesmo parlamentar, a qual pretende excetuar, da multa de cem por cento, os casos de falta de recolhimento de tributos e contribuições devidos, deve, a nosso ver, ser rejeitada, pelos efeitos danosos que sem dúvida iria causar ao Erário, pois acaso aprovada acarretaria à Fazenda Nacional a obrigação de devolver as quantias já pagas com fundamento na norma penal, além de constituir-se em sério desestímulo ao cumprimento, pelos contribuintes, de suas obrigações fiscais.

Por fim, também manifestamo-nos pela rejeição da Emenda nº 1, do Deputado Fetter Júnior, que trata de matéria eminentemente financeira, não tributária. Sem entrar no mérito da proposta, acreditamos que os prejuízos decorrentes da Lei nº 8.024/90 deveriam ser objetivo de lei específica.

— V —

Ex positis, manifestamo-nos pela aprovação da Medida Provisória em exame, com as alterações sugeridas no tópico anterior e pequenas outras, em abono de princípios de técnica legislativa na redação do Projeto de Lei de Conversão abaixo.

“PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 1993

Dispõe sobre a redução de multas fiscais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A falta de recolhimento de tributos ou contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, declarados pelo contribuinte ou não declarados em razão de não estar o contribuinte obrigando à apresentação da declaração apurada em procedimento de cobrança, sujeita-se aos acréscimos legais de que trata o art. 59 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 2º. Até 31 de dezembro de 1993, será concedida redução de multa aplicada em lançamento de ofício ao contribuinte que, no prazo de trinta dias contados da data da notificação, efetuar o pagamento do crédito tributário proveniente de tributo ou contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal, ou que iniciar o seu pagamento mediante parcelamento.

§ 1º. A redução de que trata este artigo será:

I — de 80%, quando ocorrer o pagamento do débito, de uma só vez;

II — de cinquenta por cento, quando submetido o débito a parcelamento.

§ 2º. Não se aplica a redução a multas de ofício relativa aos tributos e contribuições com vencimentos posteriores a 1º de abril de 1993, nem às decorrentes de infração qualificada.

§ 3º. Em nenhuma hipótese, a redução prevista neste artigo poderá implicar o pagamento de multa inferior a vinte por cento do valor corrigido do tributo ou da contribuição.

§ 4º. O atraso no pagamento de duas ou mais parcelas do débito importará no restabelecimento da totalidade da multa.

Art. 3º. Até 31 de dezembro de 1993, além da redução da multa prevista no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.620, de 5 janeiro de 1993, poderá ser concedido ao contribuinte parcelamento do crédito tributário relativo à contribuição social sobre o lucro líquido, à contribuição para o Programa de Integração Social — PIS, à contribuição para financiamento da seguridade social e ao Finsocial inclusive com a dispensa dos honorários advocatícios devidos pelo autor nas ações ajuizadas contra a Fazenda Nacional e desde que esta fique dispensada de verba de igual natureza porventura devida ao autor.

§ 1º. É vedada a transação que implique autorização para levantamento de depósito judicial, quando vencedora a Fazenda Nacional, total ou parcialmente, casos em que os honorários advocatícios poderão ser dispensados e a transação ser realizada somente se o autor vencido com a imediata conversão do depósito em renda da União e com a dispensa dos honorários porventuras devidos pela Fazenda Nacional.

§ 2º. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, excepcionalmente, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, fica autorizada a realizar transação nos autos de processo judicial, cabendo ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, por ato normativo próprio, estabelecer as condições e os demais requisitos para a proteção dos interesses da União relativos à matéria.

Art. 4º. O Anexo II à Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das comissões, 06 de maio de 1993. — Deputado Haley Margon, Presidente — Senador Diário Pereira, Relator, Senador Onofre Quinan — Senador Valmir Campelo — Dep. Mussa Dumes — Dep. Basílio Villani — Dep. Eden Pedrosa — Dep. Sérgio Gaudenzi — Senador Eduardo Suplicy — Senador Magno Bacelar — Dep. José Anibal — Dep. Edson da Silva — Dep. Etevalda de Menezes.

ANEXO

CARREIRA DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL		
DESCRIÇÃO	CLASSE	QUANTIDADE
Procurador da Fazenda Nacional	Especial	40
	1ª. Categoria	155
	2ª. Categoria	405

Voto do Vencido

Do Parecer do Relator da Medida Provisória nº 317, de 24 de abril de 1993.

Submetido a voto o Relatório do Senador Dario Pereira, foi ele aprovado por unanimidade, com ressalva da Emenda nº 2, acolhida pelo Relator e rejeitada pelo plenário da Comissão.

são, por vício de iniciativa. Em consequência, foi eliminado o art. 4º do Projeto de Lei de Convenção respectivo, cuja redação passa a ser a seguinte.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 1993

Dispõe sobre a redação de multas fiscais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A falta de recolhimento de tributos ou contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, declarados pelo contribuinte ou não declarados em razão de não estar o contribuinte obrigado, à apresentação da declaração, apurada em procedimento de cobrança, sujeita-se aos acréscimos legais de que trata o art. 59 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 2º Até 31 de dezembro de 1993, será concedida redução de multa aplicada em lançamento de ofício ao contribuinte que, no prazo de trinta dias contados da data da notificação, efetuar o pagamento do crédito tributário proveniente de tributos ou contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal, ou que iniciar o seu pagamento mediante parcelamento.

§ 1º A redução de que trata este artigo será:

I — de 80%, quando ocorrer o pagamento do débito, de uma só vez;

II — de 50% quando submetido o débito a parcelamento.

§ 2º Não se aplica a redução a multas de ofício relativas aos tributos e contribuições com vencimentos posteriores a 1º de abril de 1993, nem às decorrentes de infração qualificada.

§ 3º Em nenhuma hipótese a redução prevista neste artigo poderá implicar o pagamento de multa inferior a vinte por cento do valor corrigido do tributo ou da contribuição.

§ 4º O atraso no pagamento de duas ou mais parcelas do débito importará o restabelecimento da totalidade da multa.

Art. 3º Até 31 de dezembro de 1993, além da redução da multa prevista no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, poderá ser concedido ao contribuinte parcelamento do crédito tributário relativo à contribuição social sobre o lucro líquido, à contribuição para o Programa de Integração Social — PIS, à contribuição para financiamento da seguridade social e ao Finsocial, inclusive com a dispensa dos honorários advocatícios devidos pelo autor nas ações ajuizadas contra a Fazenda Nacional e desde que esta fique dispensada de verba de igual natureza porventura devida ao autor.

§ 1º É vedada a transação que implique autorização para levantamento de depósito judicial, quando vencedora a Fazenda Nacional, total ou parcialmente, casos em que os honorários advocatícios poderão ser dispensados e a transação ser realizada somente se o autor vencido concordar com a imediata conversão do depósito em renda da União e com a dispensa dos honorários porventura devidos pela Fazenda Nacional.

§ 2º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, excepcionalmente, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, fica autorizada a realizar transação nos autos de processo judicial, cabendo ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, por ato normativo próprio, estabelecer as condições e os demais requisitos para a proteção dos interesses da União relativos à matéria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 6 de maio de 1993. — Deputado **Haley Margon**, Presidente — Senador **Dario Pereira**, Relator — Senador **Onofre Quinan** — Senador **Eduardo Suplicy** — Senador **Magno Bacelar** — Senador **Valmir Campelo** — Deputado **Mussa Demes** — Deputado **Basílio Villani** — Deputado **Sérgio Gaudenzi** — Deputado **José Anibal** — Deputado **Edson da Silva** — Deputada **Etevalda de Menezes** — Deputado **Eden Pedroso**.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 21ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE MAIO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Questão de Ordem

— Levantada pelo Sr. Jacques Wagner e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

1.2 — ENCERRAMENTO

Ata da 21ª Sessão Conjunta, em 11 de maio de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Levy Dias

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.

SENADORES:

Afonso Camargo _ Albano Franco _ Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Aluizio Bezerra _ Álvaro Pacheco _ Aureo Meilo _ Carlos De'Carli _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Cid Sabóia de Carvalho _ Dario Pereira _ Dirceu

Carneiro _ Eduardo Suplicy _ Elcio Álvares _ Eptácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Eva Blay _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Hydekell Freitas _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ João França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa

_ Júnia Marise _ Jutahy Magalhães _ Juvêncio Dias _ Lavoisier
Maia _ Levy Dias _ Lucídio Portella _ Luiz Alberto Oliveira _
Mansueto de Lavor _ Márcio Lacerda _ Marco Maciel _ Mário
Covas _ Marluce Pinto _ Mauro Benevides _ Meira Filho _
Moisés Abrão _ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Nelson
Wedekin _ Ney Maranhão _ Ney Suassuna _ Odacir Soares _
Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Rachid Saldanha Derzi _
Raimundo Lira _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _
Teotônio Vilela Filho _ Valmir Campelo _ Wilson Martins.

REDITARIO CASSOL

PP

ACRE

FRANCISCO DIOGENES

PDS

JOAO MAIA

PP

JOAO TOTA

PDS

TOCANTINS

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
FRANCISCO RODRIGUES
JOAO FAGUNDES
JULIO CABRAL
MARCELO LUZ
RUBEN BENTO

BLOCO
BLOCO
PMDB
PP
PP
BLOCO

DARCI COELHO
HAGAHUS ARAUJO
LEOMAR QUINTANILHA
OSVALDO REIS
PAULO MOURAO

BLOCO
PMDB
PDC
PP
PDS

MARANHAO

AMAPA

AROLDI GOES
ERALDO TRINDADE
FATIMA PELAES
SERGIO BARCELLOS
VALDENOR GUEDES

PDT
PDS
BLOCO
BLOCO
PP

CESAR BANDEIRA
COSTA FERREIRA
DANIEL SILVA
FRANCISCO COELHO
HAROLDO SABOIA
JAYME SANTANA
JOSE CARLOS SABOIA
JOSE REINALDO
NAN SOUZA
PEDRO NOVAIS
ROSEANA SARNEY

BLOCO
PP
PDS
BLOCO
PT
PSDB
PSB
BLOCO
PP
PDC
BLOCO

PARA'

CARLOS KAYATH
ELIEL RODRIGUES
GIOVANNI QUEIROZ
HERMINIO CALVINHO
HILARIO COIMBRA
MARIO CHERMONT
MARIO MARTINS
NICIAS RIBEIRO
PAULO TITAN

BLOCO
PMDB
PDT
PMDB
BLOCO
PP
PMDB
PMDB
PMDB

CEARA

AECIO DE BORBA
ANTONIO DOS SANTOS
ARIOSTO HOLANDA
EDSON SILVA
ERNANI VIANA
ETEVALDO NOGUEIRA
GONZAGA MOTA
JACKSON PEREIRA
JOSE LINHARES
LUIZ GIRAO
LUIZ PONTES
MARIA LUIZA FONTENELE

PDS
BLOCO
PSB
PDT
PP
BLOCO
PMDB
PSDB
PP
PDT
PSDB
PSB

AMAZONAS

EULER RIBEIRO
EZIO FERREIRA
JOAO THOME
JOSE DUTRA
PAUDERNEY AVELINO

PMDB
BLOCO
PMDB
PMDB
BLOCO

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO
CARLOS CAMURCA
MAURICIO CALIXTO
PASCOAL NOVAES
RAQUEL CANDIDO

PDS
PP
BLOCO
BLOCO
BLOCO

MAURO SAMPAIO
MORONI TORGAN
PINHEIRO LANDIM
SERGIO MACHADO
UBIRATAN AGUIAR
VICENTE FIALHO

PSDB
PSDB
PMDB
PSDB
PMDB
BLOCO

PIAUI		LUIZ DANTAS MENDONCA NETO	BLOCO PDT
B. SA	PP		
CIRO NOGUEIRA	BLOCO	SERGIPE	
FELIPE MENDES	PDS		
JOAO HENRIQUE	PMDB	BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT
MURILO REZENDE	PMDB	CLEONANCIO FONSECA	PRN
MUSSA DEMES	BLOCO	DJENAL GONCALVES	PDS
PAES LANDIM	BLOCO	JERONIMO REIS	BLOCO
PAULO SILVA	PSDB	JOSE TELES	PDS
		MESSIAS GOIS	BLOCO
RIO GRANDE DO NORTE		PEDRO VALADARES	PP
ALUIZIO ALVES	PMDB	BAHIA	
FLAVIO ROCHA	PL		
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	ALCIDES MODESTO	PT
JOAO FAUSTINO	PSDB	ANGELO MAGALHAES	BLOCO
NEY LOPES	BLOCO	AROLDO CEDRAZ	BLOCO
		BENITO GAMA	BLOCO
PARAIBA		BERALDO BOAVENTURA	PDT
		CLOVIS ASSIS	PDT
EFRAIM MORAIS	BLOCO	ERALDO TINOCO	BLOCO
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB	FELIX MENDONCA	BLOCO
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB	GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
		HAROLDO LIMA	PCdoB
PERNAMBUCO		JABES RIBEIRO	PSDB
		JAIRO AZI	PDC
ALVARO RIBEIRO	PSB	JAIRO CARNEIRO	BLOCO
FERNANDO LYRA	PDT	JAQUES WAGNER	PT
GUSTAVO KRAUSE	BLOCO	JOAO ALMEIDA	PMDB
INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO	JOAO ALVES	PDS
JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN	JOAO CARLOS BACELAR	BLOCO
JOSE JORGE	BLOCO	JORGE KHOURY	BLOCO
JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO	JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO
JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO	JOSE FALCAO	BLOCO
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	JOSE LOURENCO	PDS
MAVIAEL CAVALCANTI	PRN	LEUR LOMANTO	BLOCO
MIGUEL ARRAES	PSB	LUIS EDUARDO	BLOCO
NILSON GIBSON	PMDB	LUIZ MOREIRA	BLOCO
OSVALDO COELHO	BLOCO	LUIZ VIANA NETO	BLOCO
PEDRO CORREA	BLOCO	MANOEL CASTRO	BLOCO
RENILDO CALHEIROS	PCdoB	MARCOS MEDRADO	PDC
RICARDO FIUZA	BLOCO	NESTOR DUARTE	PMDB
ROBERTO FRANCA	PSB	PEDRO IRUJO	PMDB
ROBERTO MAGALHAES	BLOCO	PRISCO VIANA	PDS
SALATIEL CARVALHO	PP	RIBEIRO TAVARES	PL
TONY GEL	BLOCO	SERGIO GAUDENZI	PDT
WILSON CAMPOS	PMDB	TOURINHO DANTAS	BLOCO
		UBALDO DANTAS	PSDB
ALAGOAS		ULDURICO PINTO	PSB
		WALDIR PIRES	PDT
CLETO FALCAO	BLOCO		

MINAS GERAIS

AECIO NEVES	PSDB	CYRO GARCIA	PT
AGOSTINHO VALENTE	PT	EDESIO FRIAS	PDT
ALOISIO VASCONCELOS	PMDB	EDUARDO MASCARENHAS	PDT
ANNIBAL TEIXEIRA	BLOCO	FLAVIO PALMIER DA VEIGA	BLOCO
ARMANDO COSTA	PMDB	FRANCISCO DORNELLES	PDS
CAMILO MACHADO	BLOCO	JAIR BOLSONARO	PDC
EDINHO FERRAMENTA	PT	JOSE CARLOS COUTINHO	PDT
EDMAR MOREIRA	PRN	JOSE EGYDIO	PDS
ELIAS MURAD	PSDB	JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT
FERNANDO DINIZ	PMDB	JUNOT ABI-RAMIA	PDT
GENESIO BERNARDINO	PMDB	LAPROVITA VIEIRA	PMDB
JOSE BELATO	PMDB	LUIZ SALOMAO	PDT
LAEL VARELLA	BLOCO	MARCIA CIBILIS VIANA	PDT
MARCOS LIMA	PMDB	MARINO CLINGER	PDT
MARIO DE OLIVEIRA	PP	NELSON BORNIER	PL
NILMARIO MIRANDA	PT	PAULO DE ALMEIDA	BLOCO
ODELMO LEAO	PRN	PAULO PORTUGAL	PDT
PAULO DELGADO	PT	PAULO RAMOS	PDT
PAULO HESLANDER	BLOCO	ROBERTO CAMPOS	PDS
PEDRO TASSIS	PMDB	ROBERTO JEFFERSON	BLOCO
ROMEL ANISIO	PRN	RUBEM MEDINA	BLOCO
SERGIO MIRANDA	PCdoB	SANDRA CAVALCANTI	BLOCO
SERGIO NAYA	PMDB	SERGIO AROUCA	PCB
TARCISIO DELGADO	PMDB	SERGIO CURY	PDT
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	SIDNEY DE MIGUEL	PV
WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO	SIMAO SESSIM	BLOCO
WILSON CUNHA	BLOCO	VIVALDO BARBOSA	PDT
		VLADIMIR PALMEIRA	PT
		WANDA REIS	BLOCO

ESPIRITO SANTO

SAO PAULO

ARMANDO VIOLA	PMDB	AIRTON SANDOVAL	PMDB
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	BLOCO	ALBERTO HADDAD	PP
HELVECIO CASTELLO	PSDB	ALDO REBELO	PCdoB
JORIO DE BARROS	PMDB	ARMANDO PINHEIRO	PDS
LEZIO SATHLER	PSDB	BETO MANSUR	PDT
NILTON BAIANO	PMDB	CARDOSO ALVES	BLOCO
RITA CAMATA	PMDB	CHAFIC FARHAT	PDS
ROBERTO VALADAO	PMDB	CHICO AMARAL	PMDB
		CUNHA BUENO	PDS
		DELFIN NETTO	PDS
		EDUARDO JORGE	PT
		ERNESTO GRADELLA	S/P
		EUCLYDES MELLO	BLOCO
		FLORESTAN FERNANDES	PT
		GASTONE RIGHI	BLOCO
		GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
		HEITOR FRANCO	BLOCO
		HELIO BICUDO	PT
		IRMA PASSONI	PT
		JORGE TADEU MUDALEN	PMDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL	BLOCO		
ALVARO VALLE	PL		
AMARAL NETTO	PDS		
AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO		
ARTUR DA TAVOLA	PSDB		
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT		
CARLOS LUPI	PDT		
CARLOS SANTANA	PT		
CIDINHA CAMPOS	PDT		

JOSE ABRAO		PSDB	MATO GROSSO DO SUL	
JOSE ANIBAL		PSDB		
JOSE CICOTE		PT	FLAVIO DERZI	PP
JOSE GENOINO		PT	GEORGE TAKIMOTO	BLOCO
LUIZ MAXIMO		PSDB	JOSE ELIAS	BLOCO
MARCELINO ROMANO MACHADO		PDS	MARILU GUIMARAES	BLOCO
MARCELO BARBIERI		PMDB	NELSON TRAD	BLOCO
MAURICI MARIANO		PMDB	VALTER PEREIRA	PMDB
MAURICIO NAJAR		PDS		
MENDES BOTELHO		BLOCO	PARANA	
NELSON MARQUEZEELLI		BLOCO		
PAULO LIMA		BLOCO	ANTONIO UENO	BLOCO
PAULO NOVAES		PMDB	CARLOS SCARPELINI	PP
PEDRO PAVAO		PDS	DELICINO TAVARES	PP
TADASHI KURIKI		PDS	DENI SCHWARTZ	PSDB
VADAO GOMES		PP	EDESIO PASSOS	PT
VALDEMAR COSTA NETO		PL	EDI SILIPRANDI	PDT
WALTER NORY		PMDB	ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
			FLAVIO ARNS	PSDB
	MATO GROSSO		IVANIO GUERRA	BLOCO
AUGUSTINHO FREITAS			JOSE FELINTO	PP
ITSUO TAKAYAMA		BLOCO	LUCIANO PIZZATTO	BLOCO
JONAS PINHEIRO		BLOCO	MATHEUS IENSEN	BLOCO
JOSE AUGUSTO CURVO		BLOCO	MAX ROSENMAN	PDT
		PMDB	MOACIR MICHELETTO	PMDB
			MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
	DISTRITO FEDERAL		ONAIRES VES MOURA	PSD
AUGUSTO CARVALHO			OTTO CUNHA	BLOCO
BENEDITO DOMINGOS		PCB	PAULO BERNARDO	PT
CHICO VIGILANTE		PP	PEDRO TONELLI	PT
JOFRAN FREJAT		PT	PINGA FOGO DE OLIVEIRA	PP
MARIA LAURA		BLOCO	REINHOLD STEPHANES	BLOCO
OSORIO ADRIANO		PT	RENATO JOHNSON	PP
PAULO OCTAVIO		BLOCO	SERGIO SPADA	PP
SIGMARINGA SEIXAS		BLOCO	WERNER WANDERER	BLOCO
		PSDB	WILSON MOREIRA	PSDB
	GOIAS		SANTA CATARINA	
ANTONIO DE JESUS				
ANTONIO FALEIROS		PMDB	ANGELA AMIN	PDS
HALEY MARGON		PSDB	DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
JOAO NATAL		PMDB	DERCIO KNOP	PDT
MARIA VALADAO		PMDB	EDISON ANDRINO	PMDB
MAURO BORGES		PDS	HUGO BIEHL	PDS
MAURO MIRANDA		PP	LUCI CHOINACKI	PT
PAULO MANDARINO		PMDB	LUIZ HENRIQUE	PMDB
PEDRO ABRAO		PDC	NELSON MORRO	BLOCO
ROBERTO BALESTRA		PP	NEUTO DE CONTO	PMDB
VIRMONDES CRUVINEL		PDC	ORLANDO PACHECO	BLOCO
ZE GOMES DA ROCHA		PMDB	PAULO DUARTE	PDS
		BLOCO	RUBERVALL PILOTTO	PDS

VALDIR COLATTO	PMDB	LUIS ROBERTO PONTE	PMDB
VASCO FURLAN	PDS	ODACIR KLEIN	PMDB
		OSVALDO BENDER	PDS
		PAULO PAIM	PT
		VICTOR FACCIONI	PDS
		WALDOMIRO FIORAVANTE	PT
		WILSON MULLER	PDT
RIO GRANDE DO SUL			
ADAO PRETTO	PT		
ADROALDO STRECK	PSDB		
ADYLSO MOTA	PDS		
ALDO PINTO	PDT		
AMAURY MULLER	PDT		
ARNO MAGARINOS	PDS		
CARLOS AZAMBUJA	PDS		
CELSO BERNARDI	PDS		
EDEN PEDROSO	PDT		
EDSON MENEZES SILVA	PCdoB		
GERMANO RIGOTTO	PMDB		
HILARIO BRAUN	PMDB		
IBSEN PINHEIRO	PMDB		
IVO MAINARDI	PMDB		
JOAO DE LUS ANTUNES	PDS		
JOSE FORTI NATI	PT		

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) — A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores e 354 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. Jaques Wagner — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (PT-BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, de acordo com o art. 29, § 2º, do Regimento Interno, pediria a V. Ex^a a suspensão da sessão, por falta de número regimental para abertura da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) — De acordo com o art. 28, defiro o pedido de V. Ex^a e encerro a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 2 minutos.)

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 — NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho — *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letácio Jansen*

O planejamento na economia brasileira — *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial — *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição — *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Gladston Marnede*

Direito Romano em Gramsci — *Ronaldo Poletti*

A filiação ilegítima e a constituição de 1988 — *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança — *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaração de vontade. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? — *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adaúto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luís Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil - Alcides de Mendonça Lima
Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - André Franco Montoro
Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - Jorge Miranda
Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - Inocêncio Mártires Coelho
Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - Leomar Barros Amorim de Sousa
Revisão constitucional - Geraldo Ataliba
Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - Sebastião Baptista Affonso
Mandado de injunção - Marcelo Duarte
As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - Fran Figueiredo
Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - Vitor Rolf Laubé
A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - Geraldo Brindciro
Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - Anamaria Vaz de Assis Medina
Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - Adilson Abreu Dallari

Auditoria e avaliação da execução - Rosinethe Monteiro Soares
Soberania do Poder Judiciário - Antônio de Pádua Ribeiro
O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena
A Escola Judicial - Sávio de Figueiredo Teixeira

Da constitucionalidade do bloqueio de valores - Adriano Perácio de Paula
O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - Marcos Jurueña Villela Souto
Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - Werter R. Faria
Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - Mauro Márcio Oliveira
A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - José Arthur Rios
Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - Rubem Nogueira

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961
Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978
Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento
Cr\$ 1.000,00

À venda na Subsecretaria de Edi-
ções Técnicas - Senado Federal, Anexo
I, 22º andar - Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones
311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS